

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo parlamentar do PCP que continua a haver grandes obstáculos no acesso às técnicas de procriação medicamente assistida (PMA), não estando assim a serem cumpridos os direitos consagrados na legislação em vigor.

Em junho de 2016, com a lei nº 17/2016, foi alargado o acesso às técnicas de PMA, conforme o estabelecido no seu Artigo 6.º:

Podem recorrer às técnicas de PMA os casais de sexo diferente ou os casais de mulheres, respetivamente casados ou casadas ou que vivam em condições análogas às dos cônjuges, bem como todas as mulheres independentemente do estado civil e da respetiva orientação sexual.

E ainda no seu Artigo 10.º:

Pode recorrer-se a ovócitos, espermatozoides ou embriões doados por terceiros quando, face aos conhecimentos médico-científicos objetivamente disponíveis, não possa obter-se gravidez ou gravidez sem doença genética grave através do recurso a qualquer técnica que utilize os gâmetas dos beneficiários e desde que sejam asseguradas condições eficazes de garantir a qualidade de gâmetas.

Estas alterações à lei nº 32/2006, vieram garantir a todas as mulheres o acesso às técnicas de PMA, mas na verdade o Governo não tem tomado as medidas necessárias para que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) tenha capacidade de resposta.

Mais de 800 mulheres estão na lista de espera por falta de dadores de óvulos e espermatozoides. As utentes esperam, em média, três anos, para ter acesso aos tratamentos de PMA.

A possibilidade de concretização do sonho de um casal ou de mulher inférteis de ter filhos tem

um espaço muito limitado no tempo.

Portugal encontra-se num patamar técnico-científico semelhante ao dos países mais desenvolvidos.

Apesar do significativo avanço da medicina da reprodução e dos tratamentos de fertilidade, que resolvem uma parte muito significativa das situações de infertilidade, muitos casos só terão solução com recurso à doação de ovócitos, de espermatozóides ou de embriões.

Em termos quantitativos, tem havido no nosso país algum incremento da atividade nesta área, as dadas até aumentaram no ano passado, mas no SNS, é ainda claramente insuficiente para dar resposta quer aos problemas dos casais com indicação para estas técnicas no âmbito da resolução do seu problema de infertilidade, quer aos demais beneficiários que pretendam recorrer a técnicas de PMA para conseguirem a gravidez que procuram.

Na realidade, são poucos os tratamentos, com recurso a doações, feitos no sector público, dada a incapacidade do SNS. Há um subdimensionamento face às necessidades do país e os actuais centros públicos não têm recursos humanos permanentes e em número suficiente.

Em Portugal, dos 11 centros públicos que executam tratamentos de infertilidade através de técnicas de PMA, apenas 3 têm bancos de recolha de doações (Porto, Coimbra e Lisboa), sendo que a Maternidade Alfredo da Costa, só a partir de Janeiro deste ano voltou a ter condições para o fazer.

Torna-se evidente que é preciso resolver este problema nacional e de saúde pública, com um programa de implantação de mais centros públicos e de postos de recolha para tratamentos da PMA, de funcionamento permanente, com mais recursos humanos especializados, meios técnicos e financeiros.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicita ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. O Governo pondera alargar o número de bancos de recolha de doações de gâmetas?
2. Que medidas pretende o Governo tomar com o objetivo de aumentar o número de doações de gâmetas?

Palácio de São Bento, 20 de outubro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)